

Jane Araújo



DESVIO Cidinha Campos (à esquerda, ao lado de Efraim Moraes e Garibaldi Alves) conta à CPI dos Bingos que a Loterj pagou R\$ 15 milhões pela veiculação de publicidade inexistente

Cidinha: corrupção no Rio rendia R\$ 1 milhão por mês

A radialista e deputada estadual Cidinha Campos revelou ontem à CPI dos Bingos que as casas de jogos do Rio de Janeiro repassavam mensalmente R\$ 1 milhão aos grupos de Waldomiro Diniz, ex-presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), e do ex-deputado federal Carlos Rodrigues, conhecido como Bispo Rodrigues.

Márcio Kallume



TEMA Kátia Rabello afirma que diretoria do banco não tratou com José Dirceu dos empréstimos ao PT e a Marcos Valério

Valério intermediou encontros com Dirceu, diz presidente do Rural

A presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, contou ontem à CPI dos Correios que o empresário Marcos Valério intermediou dois encontros da diretoria da instituição financeira com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Ela garantiu que nas duas reuniões, uma em Brasília e outra em Belo Horizonte, foi discutida a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco, e não a suposta dívida do PT ao Rural.

Célio Azevedo



DEPOIMENTO Genoino (à direita, ao lado de Amir Lando e Abi-Ackel) fala à CPI do Mensalão e afirma que o tesoureiro Delúbio Soares tinha autonomia para decidir sobre as operações

Genoino diz desconhecer detalhes das finanças do PT

Embora tenha presidido o PT quando ocorreu a maioria das irregularidades denunciadas, José Genoino negou que tivesse conhecimento das operações financeiras. A rotina do longo depoimento - marcado também pela defesa do presidente Lula - só foi quebrada pela presença de um coronel reformado que prendeu Genoino na guerrilha do Araguaia, nos anos 70. O militar foi expulso da sala da CPI.

Páginas 4 e 5

Concessionárias de rodovias terão de prestar contas pela Internet

Página 8

Aprovado perdão da dívida de Moçambique com o Brasil

De um total de US\$ 331,6 milhões, o país africano só pagará ao governo brasileiro US\$ 16,5 milhões em 17 anos

Página 3

Relatores são a favor da exploração de florestas públicas

Página 8



FAVORECIMENTO Segundo Garibaldi, cidade pernambucana teria sido escolhida por imposição da Venezuela

Garibaldi diz que governo enganou estados do NE

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou do governo definição sobre o estado nordestino que sediará uma refinaria de petróleo. Segundo ele, há rumores de que, por imposição da Venezuela, o empreendimento, que envolve investimento de R\$ 2 bilhões, será erguida em Abreu e Lima (PE).

– Ora o governo diz que terá uma postura técnica e ora se diz que o governo receberá R\$ 750 milhões da Venezuela porque Pernambuco tem uma cidade que homenageia uma personalidade venezuelana – protestou o senador, lembrando que quatro estados cogitaram a implantação da refinaria.

Garibaldi afirmou que “não há sinais de transparência” no processo da refinaria, acrescentando que o Rio Grande do Norte já demonstrara viabilidade técnica para recebê-la, tendo investido em infra-estrutura para isso.

– Entendo que nós fomos todos enganados, pois o governo escolheu Pernambuco há muito tempo.

Em aparte, Tasso Jereissatti (PSDB-CE) se disse decepcionado com a decisão do Executivo, que teria utilizado critérios políticos e não técnicos.

Agenda

Congresso faz homenagem a Miguel Arraes

Às 11h, deputados e senadores se reúnem em sessão especial do Congresso para homenagear a memória de Miguel Arraes. O ex-governador de Pernambuco faleceu dia 13 de agosto, aos 88 anos,

depois de passar quase dois meses internado. O Plenário do Senado, que inicia os trabalhos às 14h, pode votar projeto que inclui casas de abrigo entre beneficiários do fundo penitenciário (PLC 109/03).



CPI da Emigração analisa requerimentos

Às 11h30, a CPI da Emigração realiza reunião administrativa para a votação de requerimentos. Estão em pauta, para deliberação, a transferência do sigilo do ex-prefeito de Divino das Laranjeiras (MG) Edson

Bodola, e do prefeito de São Félix de Minas (MG), Wanderley Vieira de Souza. Os dois são acusados de envolvimento com quadrilhas que favorecem a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos.



CPI dos Correios ouve Luiz Gushiken

A CPI dos Correios tem reunião marcada para as 10h, em que toma o depoimento do ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) Luiz Gushiken. Sobre o ex-ministro, que hoje

ocupa a chefia do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, recaem as denúncias de interferir indevidamente nas licitações de publicidade do governo e nos fundos de pensão das estatais.

Genu e Pedro Corrêa depõem na CPI do Mensalão

A CPI do Mensalão ouve, às 11h30, o funcionário do PP João Cláudio Genu, autor de saques das contas de Marcos Valério em nome do partido, e o deputado Pedro Corrêa (PP-PE), um dos parlamentares citados

no relatório parcial encaminhado à Câmara. Já a CPI dos Bingos vai ouvir, a partir das 12h, os delegados que participaram das investigações do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Jobim discute reforma do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, participa, às 9h, da reunião da comissão mista que trata da regulamentação da reforma do Judiciário. O colegiado também ouvirá a professora de

Direito Civil Teresa Arruda Wambier. Às 9h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se para analisar projeto que cria cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito.



Creche em assentamento rural

Em discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a partir das 9h30, projeto que dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais (PLS 217/01). Também podem ser instaladas comissões para analisar vetos presidenciais.

Fust em debate

A Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social promove audiência pública, às 10h, para discutir a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Projeto em análise no Senado quer utilizar parte do fundo em bibliotecas públicas.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DEDICAÇÃO Trabalho do educador ao longo de quase dez anos recebe elogio de Maria do Carmo

Maria do Carmo homenageia Jorge Werthein

Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou o seu reconhecimento ao trabalho do educador Jorge Werthein, que encerrou suas atividades junto à representação, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Ela disse que "estabelecer a educação como prioridade para o desenvolvimento estratégico foi a marca da atuação do educador no Brasil".

A senadora ressaltou que a atuação de Jorge Werthein fez da representação brasileira da Unesco o maior escritório da instituição no mundo.



ESTÍMULO Jornal ajuda pessoas que buscam oportunidade educacional ou de trabalho, afirma Saturnino

Saturnino registra 20 anos do jornal Folha Dirigida

Ao ressaltar os 20 anos do *Folha Dirigida*, do Rio de Janeiro, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) mencionou a importância desse veículo de comunicação por levar, em suas páginas, esperança e estímulo às pessoas que buscam uma oportunidade educacional ou de trabalho.

Saturnino lembrou que o jornal transformou-se no maior informativo segmentado do país, atingindo uma circulação média de 400 mil exemplares semanais.

– É um jornal comprometido com a educação, com o trabalho e com a cidadania.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



RELACIONAMENTO Jamal Hussein Al-Umar (E) e Renan Calheiros durante visita da delegação kuwaitiana à Presidência do Senado

Renan recebe visita de parlamentares do Kuwait

Uma delegação de parlamentares do Kuwait, chefiada pelo presidente do Parlamento daquele país, Jamal Hussein Al-Umar, e acompanhada pelo embaixador no Brasil, Hamood Al-Roudhan, foi recebida ontem em audiência pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

No encontro, Jamal Hussein mostrou-se curioso sobre a crise política que o Brasil vem enfrentando. Renan explicou os esforços que o Congresso tem feito para investigar as denúncias de corrupção ao lado dos esforços para realizar as reformas necessárias.

O parlamentar e o embaixador kuwaitianos manifestaram confiança na força da democracia brasileira para superar essa e qualquer outra crise. Eles ainda assinalaram a necessidade de incrementar as relações políticas, diplomáticas e comerciais com o Brasil e convidaram Renan para visitar

o Kuwait.

– Foi uma visita de cortesia, onde nós aproveitamos para trocar impressões sobre a relação bilateral e a necessidade de melhorarmos o nosso comércio – concluiu Renan.

Renan Calheiros também recebeu o presidente do Conselho de Administração da Varig, David Zylbersztajn, que lhe apresentou o plano de recuperação da empresa. Os principais objetivos são reduzir custos, reestruturar a dívida de R\$ 7,7 bilhões e convencer investidores da viabilidade financeira da empresa.

– Para nós, a Presidência do Senado é a porta de entrada do Legislativo, pois o senador Calheiros já acompanha esse processo e conhece as propostas – declarou Zylbersztajn.

Ele também informou que, por lei, a Varig tem até o final do ano para negociar com os credores e tornar-se viável do ponto de vista financeiro.

Pesquisa mostra 72% contra armas

Divulgada ontem, a pesquisa CNT-Sensus revelou que 72,7% dos entrevistados pretendem votar a favor da proibição do comércio de armas de fogo e de munição no referendo do próximo dia 23 de outubro. Apenas 24,1% disseram que votarão contra a proibição. O diretor da Sensus, Ricardo Guedes, acredita que esses dados apontam para uma vitória do “sim” na consulta.

Dos entrevistados, 50,6% consideraram que a proibição vai diminuir a violência; 44,8% não acreditam nessa possibilidade. Foram ouvidas duas mil pessoas, entre 6 a 8 de setembro de 2005, em 24 estados das cinco regiões brasileiras. O resultado oficial do referendo só começará a ser divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir das 20h (horário de Brasília) do dia 23 de outubro.

Pavan apóia técnicos da Receita

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez pronunciamento ontem apoiando técnicos da extinta Receita Federal excluídos da carreira de auditoria com a edição da medida provisória (MP 258/05) que criou a Receita Federal do Brasil. Pavan considerou a MP como mais uma demonstração de desprezo do governo aos servidores públicos.

– É injusto que os técnicos, que já faziam parte da carreira de auditoria, sejam alijados dessa função. Isso significa perpetuar a discriminação contra eles – disse.

Solidarizando-se com representantes do sindicato nacional da categoria, Pavan informou que o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) apresentou uma emenda à MP garantindo a inclusão dos técnicos na carreira de auditoria da Receita Federal do Brasil.

Senado aprova perdão da dívida de Moçambique

País africano vai pagar apenas US\$ 16,5 milhões do total de US\$ 331,6 milhões que deve ao Brasil

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo brasileiro a assinar contratos que representam o perdão de 95% da dívida de Moçambique. Da dívida total de US\$ 331,6 milhões, o Banco de Moçambique só pagará US\$ 16,5 milhões, em 17 anos.

Moçambique é um dos países para os quais a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou renegociação de dívida com descontos, por causa de suas dificuldades econômicas. O país tem 18 milhões de habitantes, 70% deles vivendo em extrema pobreza. A intenção de perdoar a dívida foi comunicada pelo governo brasileiro em 2001, durante a 3ª Reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os senadores aprovaram

ainda um pedido do presidente da República para que a União dê aval a um empréstimo de US\$ 60 milhões do Banco Nórdico de Investimento (NIB) ao BNDES, destinado a financiar parcialmente a segunda fase de um projeto do banco brasileiro conhecido como Programa Multiserial NIB II. O empréstimo faz parte de um acordo firmado com o NIB, pelo qual a instituição repassa empréstimos ao BNDES e, em troca, é reconhecida como instituição financeira multilateral apta a operar no Brasil.

Também foi aprovada resolução que autoriza o governo a tomar empréstimo de US\$ 12,1 milhões junto ao Banco Mundial, a serem usados no projeto de assistência técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (Pace). É um programa que envolve vários ministérios e busca promover reformas que complementam ajustes da economia.

Por sugestão do líder do PFL, senador José Agripino (RN), o presidente do Senado, Re-

nan Calheiros, concordou em deixar para hoje a discussão e votação de outros seis itens da pauta. Entre eles, o que proíbe os dentistas de receitarem qualquer medicamento esteróide ou peptídeo anabolizante, usados para promover aumento da massa muscular, mas com elevados riscos de reações adversas, como o câncer.

Homenagens

A hora do expediente da sessão do dia 20 de outubro será dedicada à celebração do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB). O requerimento foi apresentado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG). O Plenário também deliberou pela realização de sessão especial, no dia 7 de dezembro, às 10h, em comemoração aos 50 anos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme proposta do senador Efraim Morais (PFL-PB). Nesse mesmo dia, a hora do expediente irá homenagear o Instituto Internacional Jacques Maritain, fundado na Itália. A homenagem foi solicitada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

Oposição entrega pedido para cassar Severino



O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), entregará hoje à Mesa Diretora o pedido de representação da oposição contra o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. A Mesa terá duas sessões para protocolar e numerar o processo e devolvê-lo ao conselho. “Se a Mesa não devolver no prazo, iniciarei o processo”, afirmou.

Izar acredita que a representação será instaurada somente na próxima segunda-feira, quando deverá ser nomeado o relator do processo. “Se Severino quiser renunciar, terá até segunda-feira para decidir”, explicou. Pela Emenda Constitucional 6/94, a renúncia de parlamentar submetido a processo que possa levar à perda do mandato terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais. Portanto, a renúncia é possível até a abertura do processo.



AUTORIZAÇÃO Agripino (E) e Bornhausen durante reunião extraordinária da Executiva do PFL que decidiu pela representação no Conselho de Ética

Depois de instaurado, o conselho terá 90 dias para tomar uma posição. No entanto, o deputado Ricardo Izar acredita que o resultado sairá antes desse prazo.

A representação é assinada pelos presidentes do PPS, do PDT, do PV e do PFL. Um procurador assinou o documento em nome do presidente do PSDB. Também assinaram 20 parlamentares da esquerda do PT e a deputada Luciana Genro (sem partido-RS).

Os integrantes da Comissão Executiva Nacional do PFL autorizaram ontem o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC),

a entrar com representação no Conselho de Ética contra Severino Cavalcanti. A reunião extraordinária da Comissão Executiva foi realizada para evitar questionamentos por descumprimento das normas que regulam esse tipo de ação.

O presidente do PFL reconheceu que Severino Cavalcanti tem todo o direito de continuar presidindo a Câmara dos Deputados mesmo com as “denúncias tão graves” que o atingem, mas que também nada tira o direito da oposição de questionar esse procedimento, por meio de representação ao Conselho de Ética.



Cidinha Campos confirma esquema de propina no Rio envolvendo Waldomiro Diniz; Tuma destaca indignação popular; Almeida Lima defende processo de *impeachment* contra Lula; Serys garante que governo "vai fazer a faxina da corrupção"

CPI ouve amanhã chefe de gabinete de Lula

Com o voto de desempate do presidente, senador Efraim Morais (PFL-PB), a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos aprovou ontem requerimento do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), convocando para depor Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Efraim

esclareceu que Gilberto Carvalho deverá depor amanhã, a partir das 11h.

Doze senadores participaram da votação: seis foram favoráveis à convocação e seis contrários. Coube ao presidente da CPI dar o voto de Minerva para selar a convocação de Gilberto Carvalho. Senadores da base de governo, a exemplo de Tião

Viana (PT-AC), defenderam que Gilberto Carvalho prestasse depoimento por escrito, mas a oposição, tendo à frente o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), insistiu na tese de que a proposta de Viana poderia abrir graves precedentes nos trabalhos da comissão de inquérito.

A convocação do chefe do

gabinete pessoal do presidente da República ganhou força depois que João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002, prestou depoimento no início do mês na CPI dos Bingos. Ele contou aos senadores que antes da missa de sétimo dia do ex-prefeito, Gilberto Carva-

lho – que na época trabalhava na prefeitura de Santo André – foi ao apartamento dele (João Francisco) e detalhou o esquema de corrupção e pagamento de propina que envolvia, principalmente, empresas de ônibus do município, visando formar caixa 2 para campanhas políticas de candidatos do Partido dos Trabalhadores.

Jane Araújo



RELATO Cidinha Campos, na mesa com Efraim e Garibaldi, afirma que casas de bingos repassavam R\$ 1 milhão por mês a Waldomiro e ao Bispo Rodrigues

Cidinha detalha esquema de corrupção de Waldomiro

Em depoimento à CPI dos Bingos, a radialista e deputada estadual Cidinha Campos (PDT-RJ) confirmou ontem que as casas de bingo do Rio de Janeiro repassavam mensalmente R\$ 1 milhão “aos grupos” de Waldomiro Diniz, quando ele exercia, em 2002, o cargo de presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), bem como ao ex-deputado federal Bispo Rodrigues, que renunciou ao mandato esta semana.

Cidinha Campos informou que a Loterj pagou R\$ 15 milhões à empresa de comunicação JOB, para veiculação de propaganda que, segundo ela, “nunca existiu”.

A deputada chegou a detalhar todo o esquema de corrupção na gestão de Waldomiro Diniz, que, observou, foi indicado pa-

ra a presidência da Loterj pelo então governador Anthony Garotinho, depois que Bispo Rodrigues – que pertence à Igreja Universal do Reino de Deus – não aceitou escolher um nome para ocupar o cargo, alegando razões religiosas.

Ela afirmou que, ao assumir a Loterj, Waldomiro autorizou a entrada em funcionamento de 13 casas de bingo, “escancarando a jogatina no estado”.

Cidinha Campos compareceu à CPI com o objetivo de auxiliar a comissão nas investigações da prática de crimes de lavagem de dinheiro.

Segundo Leonel Pavan (PSDB-RJ), autor do requerimento de convocação da radialista, ela ajudou a comissão a abrir caminho para elucidar atos de corrupção.

Advogado desmente envolvimento com Gtech

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado e ex-professor universitário Denivaldo Henrique Almeida Araújo negou qualquer envolvimento com a multinacional Gtech à época da renovação do contrato da empresa com a Caixa Econômica Federal para gerenciamento do sistema de informática das loterias federais.

Denivaldo negou conhecer Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, Carlinhos Cachoeira, empresário do ramo de jogos, e Walter Santos Neto, sócio da MM Consultoria, acusada de receber mais de R\$ 2 milhões da Gtsech.

O depoente disse que participou de duas audiências públicas promovidas pelo grupo de trabalho interministerial instituído em 2003 para apresentar propostas para modificar a legislação dos jogos de bingo. Afirmou que representava os interesses de uma pequena empresa do interior paulista e que quem presidia o grupo de trabalho era o procurador da República licenciado José Levi. Efraim informou que José Levi acabara de telefonar para a assessoria da comissão acusando Denivaldo de comparecer às audiências acompanhado de técnicos da Gtech.



Roosevelt Pinheiro

FIRMEZA Caminho para resgatar imagem do Congresso é a punição dos envolvidos, diz Romeu Tuma

Culpados têm de ser punidos, alerta Tuma

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que, apesar de seus 50 anos de experiência policial – foi inclusive diretor-geral da Polícia Federal –, ainda se surpreende com recomendações que ouve na rua. Relatou ter ouvido recentemente a recomendação de uma pessoa “para fuzilar esse pessoal e só perguntar depois o que eles fizeram”, numa referência às denúncias de corrupção envolvendo deputados federais.

– Eu entendo essa revolta, mas é preciso que se diga que a maioria dos parlamentares é honesta. Por isso, o Congresso não pode deixar de punir os envolvidos no mensalão e na corrupção nos Correios. Sem dúvida, o caminho para o resgate da imagem do Congresso é a punição – sustentou

Almeida Lima quer destituição de Lula

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) defendeu ontem em Plenário a abertura de processo de *impeachment* contra o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o senador, o processo se justificaria porque Lula sabia da corrupção envolvendo membros de seu governo e dirigentes da cúpula do PT.

Almeida Lima disse ainda



Roosevelt Pinheiro

JUSTIFICATIVA Para Almeida Lima, o presidente sabia da corrupção envolvendo membros do governo

que, se o presidente não tinha conhecimento, “deve ser interdito por falta de capacidade para gerir os interesses e o patrimônio do povo brasileiro”.



Roosevelt Pinheiro

Serys: "Governo do PT vai fazer faxina da corrupção no país"

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) contestou o que considera críticas radicais ao PT, suscitadas por atos de correligionários que comprometeram o nome do partido. Conforme assegurou, as atuais denúncias de corrupção estão sendo investigadas pelo

governo petista com rigor, fato que nunca teria ocorrido em governos anteriores.

– O governo do PT vai fazer a faxina da corrupção no país.

Serys assinalou que o governo, por meio da Polícia Federal, acaba de estourar um esquema de corrupção em

Mato Grosso que envolveria o Ibama. Ela exaltou a disposição do PT e do governo de banir os corruptos da administração federal.

– Só agora foi descoberto um esquema que funcionava desde o governo anterior, montado possivelmente em 1999.

No mesmo discurso, Serys pediu apoio para o projeto sobre gestão de florestas, que foi debatido ontem pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.



Presidente de banco diz que Marcos Valério intermediou dois encontros com o então ministro-chefe da Casa Civil; Genoino não assume responsabilidade sobre finanças do PT; sub-relator acha que Skymaster foi beneficiada; ACM adverte o Congresso

Dona do Rural confirma duas reuniões com Dirceu

A presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, revelou à CPI dos Correios que o empresário Marcos Valério intermediou dois encontros da diretoria da instituição financeira com o então ministro da Casa Civil José Dirceu. Os encontros teriam ocorrido em Brasília, no Palácio do Planalto, e em Belo Horizonte, para tratar da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco, no qual o Rural detém 22% das ações. Nas duas ocasiões, afirmou, não foram tratados empréstimos ao PT.

Apesar de reconhecer que alguns dos 19 empréstimos concedidos a Valério e a suas em-

presas, em 2003 e 2004, tinham “garantias frágeis”, Kátia disse que os recursos foram liberados com base no comportamento do empresário, que usualmente pagava empréstimos obtidos na instituição. Ela prestou depoimento em reunião da Sub-Relatoria de Movimentação Financeira da CPI.

A vice-presidente do Rural-banco, Ayanna Tenório Torres de Jesus, afirmou que Marcos Valério tem ainda quatro contratos com o Banco Rural, todos em processo de execução. De acordo com as duas dirigentes, as empresas de Valério movimentaram mais de R\$ 525

milhões entre 2000 e 2005, dos quais R\$ 36 milhões teriam sido levantados via empréstimo.

Kátia Rabello frisou que soube pela televisão que parlamentares sacavam nas agências do Rural recursos das contas das empresas de Valério. Conforme seu relato, primeiro não acreditou, mas depois descobriu que “era verdade”.

Ela salientou que o banco fazia registro “sem jeito de apagar” dos saques feitos nas contas, uma vez que para a liberação dos recursos era gerada uma série de documentos, incluindo cópia da carteira de identidade.



DEFESA Na CPI do Mensalão, Genoino (ao lado de Amir Lando e Abi-Ackel) diz que as operações eram de responsabilidade do tesoureiro Delúbio Soares

Genoino alega desconhecer operações financeiras do PT

O depoimento do ex-presidente do PT José Genoino à CPI do Mensalão decepcionou os parlamentares pela ausência de informações concretas e recusa em assumir responsabilidade sobre as finanças do partido. Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), “é inútil gastar o tempo com quem está decidido a nada esclarecer”. Segundo observou, “não é crível que, sendo presidente do PT, Genoino nada conhecesse do esquema montado por Marcos Valério com empréstimos de R\$ 55 milhões ao PT”.

José Jorge (PFL-PE) também considerou estranho que Genoino, sabendo tão pouco das finanças do partido, não hesitasse em garantir que “o PT não

tem dinheiro no exterior”.

Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), enalteceu as qualidades éticas e políticas de José Genoino, solidarizando-se com ele, em função das dificuldades que vem enfrentando desde que se licenciou da presidência do PT. Mercadante aproveitou a oportunidade para esclarecer o episódio do empréstimo de cerca de R\$ 30 mil que o partido teria feito ao presidente Lula.

– Foi uma antecipação de despesas que seriam feitas em viagens à China, Europa e América Latina, ainda em 2001. Por um equívoco contábil, foi lançado na prestação de contas do PT como empréstimo – explicou ele.

ACM: Congresso deve reabilitar a política brasileira

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o Congresso Nacional tem o dever de reabilitar a política brasileira e advertiu que, se não o fizer, corre o risco de ficar tão desacreditado quanto o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O pefelista citou pesquisas recentes que apontam a demanda do povo brasileiro por “uma posição firme e decidida” da parte do Congresso. Essas pesquisas, que indicariam a queda de popularidade do presidente da República e a convicção da sociedade de que o presidente Lula sabia dos atos de corrupção denunciados, trariam também “advertências sérias” ao Legislativo federal.



PUNIÇÕES De acordo com Antonio Carlos, as CPIs devem apresentar resultados práticos imediatos

– A pesquisa serve para advertir que temos de tomar providências para que as CPIs não se prolonguem indefinidamente, sem apresentar resultados práticos imediatos – afirmou.

Nesse sentido, o senador pela Bahia disse ter sido contrário ao excesso de convocações na CPI dos Bingos. Seu argumento é de que deve haver uma melhor seleção dos depoimentos para que se possa encerrar os trabalhos, cassar e punir os culpados.



OITIVA Kátia Rabello presta depoimento em reunião da Sub-Relatoria de Movimentação Financeira da CPI dos Correios

Parlamentares questionam preço da Skymaster

A grande questão do depoimento do diretor técnico e presidente da Skymaster, Hugo Gonçalves, e do diretor administrativo da empresa, João Marcos Pozzetti, à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios foi por que a transportadora apresentou preço tão baixo em relação ao das concorrentes – cerca de 50% menor – na licitação para transporte aéreo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em 2003, processo esse que a Skymaster acabou vencendo.

– Havia um conluio das outras empresas para tirar a Skymaster da concorrência. Nós denunciávamos, mas não tivemos alternativa a não ser baixar o

preço. Tivemos prejuízo com essa operação, mas nos certificamos de que os Correios não fossem prejudicados – explicou João Marcos.

Para o sub-relator de Contratos, deputado Carlos Abicalil (PT-MS), no entanto, a Skymaster acabou, de alguma forma, se beneficiando. “Já no ano seguinte, a correção dos valores pelo reequilíbrio contratado aponta a recuperação acelerada, de modo que aquilo que equivalia, em valores reais, a R\$ 300 mil/dia em 2003, no ano seguinte representava R\$ 331 mil. Do ponto de vista nominal, o valor subiu para R\$ 445 mil/dia. Já havia uma correção embutida, e o superfaturamen-

to prevaleceu nos anos posteriores”, argumentou.

Os sócios da Skymaster não explicaram vultosos saques em suas contas por um indivíduo identificado como Francisco Marques. Os saques, entre 2000 e 2005, somam R\$ 30 milhões. Também não justificaram transferências para uma conta do Bradesco que somam R\$ 118 milhões.

João Marcos afirmou ainda que a Skymaster costuma fazer contribuições legais para candidatos, e que doou, por exemplo, R\$ 55 mil à campanha do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). O depoimento do presidente da Novadata, Mauro Dutra, foi adiado.

Valdir Raupp pede aprovação da MP que reduz impostos

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu apoio à aprovação urgente da Medida Provisória 252, a chamada MP do Bem. A MP desonera novos investimentos das empresas do setor elétrico de diversos tributos, entre eles o Programa de Integração Social (PIS), a Contri-

buição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Conforme justificou, a carga tributária nesse setor vem, desde 1998, superando a inflação, prejudicando, principalmente, empresas e as famílias

de menor renda que utilizam energia elétrica residencial.

Raupp argumenta que a desoneração tributária é positiva porque a perda arrecadatória inicial da União será compensada pelo aumento do consumo da própria energia, pela liberação da renda para a

aquisição de outros produtos e serviços e, ainda, pela possibilidade de expansão e universalização dos serviços.

– A projeção para 2006 indica que o setor poderá recolher 51,98% de sua receita operacional bruta em impostos e encargos – explicou.



Ana Júlia propõe fundo para créditos trabalhistas

Objetivo do projeto é beneficiar trabalhador, que aguarda anos para receber seus direitos

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou ontem projeto de lei de sua autoria que cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas. A idéia é que o fundo assegure o pagamento de créditos trabalhistas, em caso de sentença favorável ao trabalhador, antes mesmo da quitação da dívida pela empresa. A proposta prevê como fontes de receitas do fundo multas decorrentes de condenações trabalhistas suscitadas



COMPOSIÇÃO Proposta de Ana Júlia prevê receitas de multas decorrentes de condenações trabalhistas

por fiscalização do Ministério do Trabalho e percentual de 1% sobre a remuneração paga ou devida pelo empregador ao trabalhador. Essa despesa deve ser deduzida do lucro operacional da empresa.

A intenção da senadora é

beneficiar o trabalhador, que hoje aguarda anos para ter seus direitos garantidos. Ela observa que a demanda trabalhista, quando entra na fase de execução, aguarda um tempo muito longo até sua solução definitiva.

– É uma árdua espera para quem vendeu sua mão-de-obra, por ela não recebeu e encontra-se, na maioria das vezes, desempregado – afirmou a senadora.

Ana Júlia agradeceu a colaboração do jurista paraense Vicente Malheiros da Fonseca na elaboração do projeto (PLS 246/05). Informou ainda que a proposta de implantação desse fundo foi inspirada na experiência da Espanha.



QUALIDADE Aelton Freitas observa que 98% do rebanho brasileiro é composto pelo "gado verde"

Aelton: vaca louca não afeta carne brasileira

Aelton Freitas (PL-MG) informou que o governo federal e os produtores decidiram se unir e recorrer à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) contra a decisão de um órgão ligado à União Européia, o qual rebaixou a carne bovina brasi-

leira quanto ao risco da doença da vaca louca.

O Comitê Científico Permanente da União Européia decidiu que há risco de ocorrência da doença porque o Brasil importou matrizes do Canadá e dos Estados Unidos em 2002 e 2003. Este país registrou recentemente a doença.

Aelton protestou contra a decisão dos europeus, ponderando que 98% do rebanho nacional é composto pelo chamado "gado verde", que só come pastagens. O senador afirmou que a decisão pode afetar as exportações brasileiras de carne, atualmente em uma boa situação depois de anos de esforços para conquista de mercados.

Como a Organização Mundial de Saúde Animal exige um estudo caro e detalhado, representantes dos pecuaristas e o governo federal firmaram um convênio para bancar os gastos.

Acidentes de trabalho preocupam Paim

Paulo Paim (PT-RS) registrou sua participação em debate sobre previdência e saúde do trabalhador organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase 2 milhões de trabalhadores morrem anualmente no local de trabalho, realidade considerada revoltante pelo senador.

Paim afirma que a situação no Brasil é ainda mais grave. Ele citou dados do Ministério da Previdência Social revelando que foram registrados cerca de 400 mil acidentes de trabalho em 2003, o correspondente a 17,72% de acidentes por grupo de mil segurados. Desse total,



GRAVIDADE Paim destaca que foram registrados no país 400 mil acidentes de trabalho em 2003

82% decorrem do exercício profissional e causam perturbação funcional, morte ou perda da capacidade para o trabalho.

– O trabalhador fica exposto a condições inseguras, perde muitas vezes partes de seu cor-

po, assimila doenças e, às vezes, perde a vida – disse.

Em relação à saúde do trabalhador nos países do Terceiro Mundo, Paim admitiu que persistem normas ultrapassadas de produção, passíveis de provocar acidentes de trabalho e doenças profissionais. E adiantou que esse descaso chega a ser constatado até em multinacionais, que não disponibilizariam, nesses países, a mesma rede de proteção oferecida na matriz. O senador aponta a abertura dos mercados, decorrente da globalização da economia, como responsável pela adoção de um ritmo de produção que relega a saúde do trabalhador a segundo plano.

Gilberto Goellner rejeita acusações de desmatamento

Ao comentar as acusações de que a expansão do agropêlo em Mato Grosso é responsável pelo processo de desmatamento e devastação no estado, o senador Gilberto Goellner (PFL-MT) declarou que muitas dessas críticas são oriundas de países que concorrem com o Brasil na produção agropecuária, tornando-se mais freqüentes depois que o país começou a se destacar no comércio agrícola mundial.

– Ante a ameaça de uma competição mais acirrada do Brasil, principalmente nos



ARGUMENTO Para Goellner, muitas críticas são feitas por países que concorrem com o Brasil

mercados de oleaginosas e de carnes, passaram a associar a crescente competitividade da agropecuária nacional ao desmatamento na Amazônia, valendo-se, inclusive, desse argumento para tentar impor barreiras não-tarifárias aos produtos brasileiros – frisou.



Valdares critica excesso de lucros do setor financeiro

O abuso das tarifas bancárias e das taxas de juros nos financiamentos em geral existentes no Brasil foi criticado ontem por Antônio Carlos Valdares (PSB-SE). Citando dados publicados pelo jornal *Correio Braziliense*, em 14 de

agosto, Valdares informou que somente o Bradesco, o Itaú e o Unibanco vão ganhar este ano R\$ 11 bilhões, valor igual ao alcançado pelos 50 maiores bancos em 2004.

– No ano 2000, o ganho financeiro dos 50 maiores

bancos foi da ordem de R\$ 2,9 bilhões. Ou seja, em apenas cinco anos, eles vão ganhar 580% a mais – comentou.

O senador criticou o BC por não adotar medidas contra irregularidades cometidas pelos bancos, como cobrança de

juros abusivos nos contratos de *leasing*, no cheque especial, em contratos de mútuo e financiamentos de capital de giro. Também observou que nenhuma banca refez seus contratos para adequá-los ao Código de Defesa do Consumidor.

Osmar: Brasil é um dos piores países para implantar negócios

Osmar Dias (PDT-PR) –foto– analisou em Plenário relatório divulgado pelo Banco Mundial segundo o qual o Brasil está na lista dos piores países do mundo para se implantar negócios, ocupando a 119ª posição entre os 155 países pesquisados.

– Enquanto o Brasil não fizer reformas institucionais, não criará condições de segurança para investidores e não sairá dessa posição, que é um vexame para um país que pleiteia ser considerado de Primeiro Mundo – alertou.

Osmar considerou os dados do relatório contundentes e cobrou do presidente Lula o cumprimento da promessa de campanha de criar 10 milhões de empregos.

O senador também lamentou o fato de o Brasil ocupar

uma das piores posições do mundo em termos de distribuição de renda. Ele citou estudo indicando que 26 milhões de brasileiros deixariam a condição de pobreza se 5% da renda nacional fosse mais bem distribuída.



Roosevelt Pinheiro



DANOS Suassuna diz que burocracia prejudica criação de empregos e aumenta custo da produção

Suassuna pede ação contínua contra burocracia

Ney Suassuna (PMDB-PB) apontou, em discurso, o excesso de burocracia no país, ressaltando que, nesse campo, apenas Etiópia e Bangladesh apresentam uma situação pior que a do Brasil. O parlamentar recorreu a pesquisa internacional mostrando que a concessão de licença para a abertura de uma empresa no Brasil leva cerca de 152 dias, contra 12 dias de demora na nação em que a burocracia é mais ágil: Nova Zelândia.

– A burocracia tem custado muito ao Brasil em termos de emprego e custo de produção. É uma chaga que temos que combater. Trata-se de um item pesado no custo Brasil – afirmou o senador.

Suassuna assinalou que a burocracia dá poder para quem ocupa determinados cargos e que, por isso, deve ter um combate contínuo.

O parlamentar ainda revelou que, no seu estado, a Paraíba, os crimes por arma de fogo caíram 14,2% em relação ao ano passado, enquanto a média nacional foi de 8%.

Virgílio critica euforia com o crescimento econômico

■ Brasil é um "pangaré" que disputa últimos lugares se comparado com outros países do continente, diz senador

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), ao contestar declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na televisão, de que “caiu do cavalo quem apostou contra o bom desempenho da economia”. O líder do PSDB citou artigo do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan no qual afirma que o governo Lula só se mantém em pé porque aprofundou as políticas macroeconômicas do governo anterior.



DECLÍNIO Segundo Arthur Virgílio, diminuiu a participação brasileira no conjunto do PIB da América Latina

Para o senador, o Brasil é um “pangaré que disputa os últimos lugares na corrida do crescimento econômico”, quando seu desempenho é comparado ao de outras economias da América Latina e dos Tigres Asiáticos, especialmente tendo em vista o atual cenário

internacional favorável. Dados da Cepal, informou, indicam que, nos dois primeiros anos do governo Lula, o produto interno bruto (PIB) brasileiro aumentou 5,4%, contra 13,5% na América do Sul e 9% na América Latina. Ele assinalou que, nesse período, o Brasil só ficou à frente da Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Haiti.

– Seria covardia compararmos o Brasil com China, Índia e Rússia, que crescem mais que o Brasil em todo o mandato de Lula – observou.

Virgílio disse ainda que, entre 2001 e 2002, embora o país tenha crescido menos, aumentou seu peso na América do Sul e Latina. Já em 2003 e 2004, comparou, a participação do PIB brasileiro diminuiu consideravelmente.

Melhora a vida do trabalhador, afirma Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou os efeitos que podem ser sentidos na vida do trabalhador como resultado das melhorias nos indicadores econômicos do país. Ela assinalou a ocorrência, ao mesmo tempo, do crescimento da economia, do superávit em conta corrente e da queda da inflação.

– A diminuição da inflação leva a ganhos de padrão de vida principalmente para os grupos de renda mais baixa. Além disso, a queda dos indicadores inflacionários tem ajudado a resolver problemas de endividamento dos estados



REFLEXO Para Ideli Salvatti, queda da inflação leva a ganhos de padrão de vida das pessoas de baixa renda

e municípios – afirmou a senadora, acrescentando que o desempenho da economia brasileira decorre de uma política pública voltada para as classes

menos privilegiadas.

Ideli ressaltou que aproximadamente 30% das despesas das famílias de menor renda se relacionam aos preços administrados, como tarifas públicas, cujos reajustes seguem o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que graças à inflação baixa tem variado pouco. De acordo com a senadora, isso beneficia a população, pois tem havido queda em algumas tarifas, como seria o caso da energia elétrica. Ideli recebeu apartes de Paulo Paim (PT-RS) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Mão Santa aponta má distribuição de renda

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África. Ele citou esse dado ao comentar entrevista de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), publicada na revista *Mundo Jovem* de setembro.

O senador se referiu ainda a reportagem sob o título “Brasil é ruim para fazer negócios, diz Bird”, publicada na *Folha de S. Paulo* de ontem. De acordo com a matéria, em novo ranking elaborado pelo Banco Mundial (Bird), o país ficou com a 119ª posição em uma lista de 155 economias.

Recorrendo a citação do escritor e filósofo francês Montesquieu, que diz que todo poder leva à corrupção, e daí a necessidade da separação dos Poderes, para que um possa frear o outro, Mão Santa salientou que um dos papéis do Congresso Nacional, no momento, é frear a corrupção do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



DESVIOS Mão Santa afirma que um dos papéis do Congresso é frear a corrupção no governo Lula



José Jorge vê descaso do governo com agências reguladoras

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), afirmou ser notório o desaparecimento do governo Lula por um dos pilares da economia moderna: as agências reguladoras. Ele criticou o contingenciamento de recursos para as agências

e a demora do Executivo em indicar diretores quando os cargos ficam vagos.

O senador anunciou que irá apresentar projeto prevendo a possibilidade de o Senado indicar os dirigentes das agências quando o governo federal

levar mais de 90 dias (a partir da vacância) para fazê-lo.

– Cito o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem cinco diretorias, das quais duas estão vagas desde 24 de maio último, ou seja, há 113 dias. Outro

exemplo é a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que está sem diretor-geral desde 12 de janeiro deste ano – enfatizou. Ele lembrou que o nome indicado para a ANP foi rejeitado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em abril.

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Estrada privatizada deverá divulgar lucros na Internet

■ Projeto que prevê a prestação de contas das concessionárias, em tempo real, foi acolhido na CE e vai à CCJ

As empresas titulares de concessões de rodovias deverão passar a divulgar por meio da Internet as receitas obtidas nos pedágios e as despesas feitas com a manutenção das estradas sob sua responsabilidade. A medida consta do projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será examinado pela Comissão de Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

A proposta (PLS 211/05) determina também que todas as detentoras de outorga de serviços públicos prestem contas à sociedade da gestão de seus negócios em tempo real, por meio da rede mundial de computadores. Em seu voto

favorável, o relator na CE, senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), observa que o texto estabelece “novos e eficientes meios de fiscalização da execução de contratos de natureza pública”.

A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, o projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que será celebrado em 12 de junho – mesma data já utilizada, com essa finalidade, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A matéria (PLS 223/05) contou com voto favorável de Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Para ele, o processo de conscientização será mais eficaz com o estabelecimento de uma data dedicada ao combate ao trabalho infantil.

Igualmente em decisão terminativa, foi acolhido pela CE proposta de Paulo Paim (PT-RS), que autoriza o Executivo a federalizar a Universidade

da Região da Campanha, em Bagé (RS). O relator, Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), elogiou a medida em seu voto favorável. Durante a discussão da matéria (PLS 154/05), Leonel Pavan (PSDB-SC) saudou a iniciativa e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) considerou o estabelecimento da Universidade Federal da Campanha como “um passo em direção à criação da Universidade do Mercosul”. Já Wellington manifestou sua preocupação com a implantação das instituições de ensino superior autorizadas na CE.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a 12 projetos de decreto legislativo destinados a autorizar o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Ao presidir a reunião, Augusto Botelho (PDT-RR) concedeu vista coletiva de quatro projetos. Entre eles, o projeto (PLS 279/03) de Delcídio Amaral (PT-MS), que torna obrigatório o cadastro dos titulares de contas de correio eletrônico.

Audiência sobre o fundo das telecomunicações

As subcomissões permanentes de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia promovem audiência pública conjunta hoje, às 10h, sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O debate foi solicitado pelos senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Paulo Paim (PT-RS).

A audiência contará com a participação, entre outros, de João Tranchesi Júnior, presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Internet; Tadao Takahashi, diretor-geral do Instituto Sociedade da Informação; Luiz Cláudio Rosa, diretor da área de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica; e Rogério Gonçalves, diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuários de Acesso Rápido.



Fotos: Célio Azeredo
AUDIÊNCIA Apresentação de Capobianco (D) é acompanhada por Jefferson Quintanilha, que também ouviram Paulo José, Justiniano Neto e André Lima

Comissões debatem regras para uso de floresta pública

O projeto que disciplina a exploração sustentável das florestas brasileiras continuará a ser debatido na próxima terça-feira, em mais uma audiência pública conjunta a ser realizada entre as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). O assunto foi discutido ontem pelas três comissões, mas apenas quatro dos 11 convidados compareceram à audiência.

A matéria (PLC 62/05), de autoria da Presidência da República, tramita em regime de urgência e precisa ser votada pelas comissões até o dia 22, de acordo com o presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Caso contrário, a proposição, que cria o Serviço Florestal Brasileiro e um fundo nacional de desenvolvimento ambiental, seguirá para o Plenário sem o relatório das três comissões.

O relator da matéria na CAE, Jefferson Péres (PDT-AM), e

a relatora na CMA, Ana Júlia Carepa (PT-PA), adiantaram que são favoráveis ao projeto. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que solicitará a retirada das emendas de sua autoria feitas à proposição, como forma de agilizar a tramitação da matéria.

Opiniões

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, explicou que o projeto não prevê a concessão definitiva de terras na região amazônica. Já o representante da associação de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Paulo José Fontes, afirma que a aprovação do projeto trará prejuízos para a Amazônia, pois estimulará a ocupação irregular de terras devolutas.

O diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), Justiniano de Queiroz Neto, e o representante do Instituto Socioambiental, André Lima, manifestaram apoio à aprovação da proposta.



CAUTELA Por decisão da CI, será analisada constitucionalidade da proposta, que, se aprovada, poderá afetar contratos já assinados com operadoras

Fim da assinatura básica de telefonia vai a exame na CCJ

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) encaminhou ontem à Comissão de Justiça (CCJ) projeto que pretende proibir a cobrança de assinatura básica dos serviços telefônicos fixo e móvel. O relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), recomendou o exame da constitucionalidade e da juridicidade do projeto, pois, na hipótese de sua aprovação, poderá haver quebra de contratos de concessão já assinados com as operadoras de telefonia.

A proposta foi encaminhada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (MG) à Co-

missão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que acolheu a sugestão e apresentou o PLS 91/04.

A pedido de Roberto Saturnino (PT-RJ), a CI enviou também à CCJ o PLS 112/05, do então senador Francisco Pereira, que reconhece o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes como órgão executivo rodoviário da União. Já o PLS 172/05, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), com relatório de Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), que proíbe o uso do asbesto/amianto, foi rejeitado pela CI em decisão terminativa.

CAE envia pedido de adiamento de decisão do Cade

A requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai encaminhar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pedido para que seja adiado o julgamento do processo relativo à compra das operações de produção de suco de laranja da Cargill pela Citrosuco e Cutrale.

Para Suplicy, a manifestação do órgão – que analisa aquisições e fusões de empresas, para evitar processos lesivos à livre concorrência – deve



DENÚNCIA Requerimento de Suplicy visa à investigação sobre cartelização no mercado de suco de laranja

ser antecedida de exame mais aprofundado das denúncias de cartelização no setor.

Também foi aprovado pedido de envio ao Cade das notas taquigráficas da audiência realizada no Senado sobre problemas dos produtores de laranja.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Paulo Paim, Leonel Pavan, Roberto Saturnino e Antônio Carlos Valadares e pela senadora Ana Júlia Carepa